

Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho

ATA da Reunião ordinária de 05/03/2020

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se na sala de treinamento do CEPRAM - PAERVE, localizada no Parque Estadual do Rio Vermelho – PAERVE, na Rodovia João Gualberto Soares s/nº, São João do Rio Vermelho, na cidade de Florianópolis – SC, os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA; 1 Instalação dos trabalhos e verificação de *quórum*; 2 Aprovação da Ordem do Dia; 2 Informes; 3 Ações da Associação dos Remanescentes quilombolas Vidal Martins em relação ao Parque Estadual do Rio Vermelho; 4 Código de ética no Conselho Consultivo do PAERVE; 6 Encaminhamentos e encerramento. A reunião teve início cumprindo o item um da Ordem do Dia, com a instalação dos trabalhos e verificação de *quórum*, conforme lista de presença em anexo. Adriana, coordenadora do PAERVE fez a abertura da reunião cumprimentando a todas e todos, deixando a palavra aberta para os informes. Adriana abre a reunião falando sobre a importância da participação no conselho, para que as pessoas reflitam sobre o seu papel no conselho e que ele representa uma instituição, está ali para levar a palavra da instituição e não de forma pessoal. Rogério Santos solicita que seja colocado em pauta atualização das informações sobre o plano de manejo. Adriana abre os informes, o primeiro informe foi da Karina (Crystal) informando que no próximo domingo teria evento na casinha de cultura, Emerson da (ASM) falou das ocorrências principalmente sobre o lixo e ocorrência de incêndios no parque, a ASM se colocou à disposição para colaborar com ações de lixo em parceria com a COMCAP e que querem mais autonomia para gerir a praia e dar treinamento de brigadista, visto que o Emerson é bombeiro civil. Adriana acrescenta que a ASM faz parte como colaborador do projeto Mirim Costeiro, com estudantes de três escolas da prefeitura. O projeto é uma parceria do Instituto Mirim Costeiro, IMA e prefeitura. Adriana explica que o projeto já existe em Garopaba, que já ganhou prêmios e o PAERVE é a primeira unidade conservação a ser parceira, visto que temos a praia mais conservada de Florianópolis e que o projeto tem a parte de capacitação dos professores e depois a parte prática com os alunos, onde eles receberão todas informações para serem monitores costeiros. O projeto tem a participação das ONGs R3 Animal, Eco Paerve, ASM, UFSC e Conselho de Medicina Veterinária. Após Adriana atualiza as informações do plano de manejo, dizendo que dezembro finalizamos com a parte da oficina técnica que tratava do meio físico e biótico, a equipe técnica responsável pela elaboração do PM ficou na responsabilidade de fazer a junta de informações e produção de relatórios técnicos, explicou também que todo o processo é acompanhado pelo MPSC pelo Procurador Felipe Azevedo, sendo apresentado todo o cronograma. Ainda estão previstas duas oficinas participativas, uma para fim de abril e outra para junho. Rogério Castro (IMA) relata que foi apresentado para o procurador a situação do documento básico para as oficinas, o MPSC tem um inquérito em andamento em relação ao plano de manejo. O MPSC sugeriu ao IMA que tivesse um termo de ajustamento de conduta firmando as datas e os prazos e o jurídico do IMA acompanha todos os passos e entendemos que é positivo, porque estabelece um vínculo com o Ministério público. Que permanece a ideia de terminar o plano de manejo em julho. César (UFECO) pergunta se o plano antes de ir para a publicação será apresentado para o conselho, o IMA afirma que sim, que é o procedimento. Luís (Crystal) fala da inclusão de áreas, como a da nascente, Morro das Aranhas, Rogério explica que todas as sugestões do conselho serão

49 contempladas nas oficinas, a primeira tratará do zoneamento e a segunda os
50 programas temáticos. Karina (Crystal) lembra que essa questão da inserção das áreas
51 está judicializado. Adriana lembra que essas áreas que temos interesse em fazer a
52 inclusão no parque deve ser bem pensado de como vamos fazer a gestão de recursos e
53 fiscalização. Luiz (Crystal) pergunta se esses caminhos onde são discutidas essas
54 questões de zoneamento não poderiam ser discutidas entre no conselho antes da
55 oficina. Rogério ressalta que é nas oficinas o espaço para discussão para posterior
56 definição. Cid (FLORAM) fala da experiência da FLORAM nos planos de manejo e
57 concorda com a forma que está sendo encaminhado. Emerso (ASM) questiona como
58 serão analisadas aquelas coisas que já foram construídas e executadas sem o plano de
59 manejo. Adriana explica que várias coisas na estrutura já existiam antes do parque se
60 enquadrar na categoria do SNUC. César (UFECO) relembra que até hoje não foi
61 apresentado a prestação de contas das benfeitorias realizadas no parque. Adriana
62 explica que cada parceria para gestão CETAS, CEPRAM, Trilha e camping) existe um
63 Termo de colaboração, a gestão do CETAS por exemplo passou por chamamento
64 público, conforme Lei federal e Decreto estadual. Adriana explica que todas as
65 parcerias que existem no parque eles prestam contas para o IMA, além de que todas
66 as instituições parceiras disponibilizam em seus sites as prestações de conta. Mussio
67 (Escoteiros) fala que os escoteiros apresentam a prestação de contas no próprio site,
68 que é saudável para as instituições manter a prestação de contas atualizada. Fica
69 encaminhado que o parque deve fazer uma CI reiterando a solicitação de prestação de
70 contas para a DBIO. Karina (Crystal) lembra sobre o ofício encaminhado ao DEINFRA
71 solicitando ciclovia, redutores de velocidade e sinalização, Adriana informa que não
72 tivemos resposta do órgão. Fica como encaminhamento reiterar o ofício encaminhado
73 e solicitar recebido e apresentar ao grupo do conselho. Dando continuidade Adriana
74 fala que outro ponto de pauta é a atualização de informações sobre a ocupação do
75 Camping do PAERVE por representantes da comunidade quilombola Vidal Martins e
76 alguns apoiadores. Adriana relata que a ocupação ocorreu no dia 15 de fevereiro e que
77 o zelador relata que os representantes chegaram junto com o advogado da Associação
78 de Remanescentes Quilombolas Vidal Martins e que ocuparam as dependências do
79 galpão central e administrativas, sendo proibida a entrada do IMA na área. Adriana
80 explica que o IMA entrou com processo de reintegração de posse, processo judicial, e
81 fez boletim de ocorrência, visto que também houve danos em algumas estruturas,
82 Adriana explica que esse é outro processo, além daquele sobre a recategorização do
83 território quilombola, que conforme relatório antropológico do INCRA que afirma que
84 67% do parque é território quilombola. Adriana diz que a partir do momento que o
85 IMA é informado sobre o relatório do INCRA, ele tem 90 dias para apresentar resposta,
86 também explica que isso é um processo administrativo, que é acompanhado pelo
87 INCRA, MPF, IMA e a procuradoria jurídica do estado. Patrícia (Çarakura) lembra que
88 eles fazem parte do território, Adriana lembra que eles também fazem parte do
89 conselho, Patrícia lembra que devemos insistir no diálogo e na participação deles no
90 conselho, insistir em uma metodologia de diálogo, que nós do conselho como
91 representantes temos sempre que insistir no diálogo e no respeito. Não só com os
92 povos mais entre os representantes do conselho também. Falo sobre as situações que
93 vem ocorrendo no grupo do conselho, com a falta de tato e respeito de uns
94 representantes. Nesse sentido Patrícia como representante do Instituto Çarakura
95 solicita retratação da instituição para o Instituto Çarakura e sugere que se crie um
96 código de conduta e ética para o grupo do conselho. Rogério (IMA) sugere que
97 primeiro o conselho deveria conhecer primeiro o que é processo de território

98 quilombola, que tem situação muito estranhas nas conduções desse processo,
99 pergunta para os conselheiros se eles conhecem a delimitação final do território do
100 INCRA, mil hectares que corresponde totalmente com os limites do parque sul até a
101 inclusão da estrada do Rio Vermelho. Um morador pergunta em que subsídios o INCRA
102 se baseou para fazer o relatório antropológico, Adriana informa que depois será
103 disponibilizado o relatório para que os conselheiros tenham conhecimento. Luiz afirma
104 que o IMA é o gestor da área do parque, tem que defender os interesses do povo
105 brasileiro, que está se tratando de uma unidade de conservação com objetivos
106 específicos para a conservação. Adriana fala que tanto no território da UFSC quanto no
107 do INCRA fala que o território do parque era de uso comunal, utilizados pela
108 comunidade, inclusive algumas tradicionais. Um morador do bairro que estava
109 presente na reunião fala que esse processo de recategorização do território é um
110 processo muito longo, que a comunidade quilombola se precipitou em ocupar o
111 camping, que deveriam realmente buscar o diálogo. Rogério (APP@@) fala que o
112 diálogo é o caminho, que não podemos negar que existe uma condição diferenciada
113 entre os quilombolas e as outras comunidades, que tendemos a pensar nos
114 quilombolas como alguém externo. Que temos que ter um olhar para eles, fala que
115 eles não vão querer ficar com toda essa terra. José Carlos, morador do Rio Vermelho
116 levanta questões de forma judicial, diz que questões administrativas devem ser
117 discutidas administrativamente. O camping está judicializado, existe processo judicial
118 de reintegração de posse. José Carlos fala que todas as instituições devem se
119 manifestar, que ninguém deve negar o direito que está na constituição, mas tudo tem
120 que ter equilíbrio, que o resultado do relatório do INCRA inviabiliza o parque, ele quer
121 saber como o conselho está reagindo referente a essa questão. Adriana faz um
122 esclarecimento de como o processo está ocorrendo. Em 2013 a comunidade entrou
123 com solicitação na Fundação Palmares para se autodeclarar como quilombola, o
124 processo é autodeclaratório, após o reconhecimento foi formado a Associação dos
125 Remanescente quilombola Vidal Martins, que entraram como processo de demarcação
126 do território quilombola no Parque Estadual do Rio Vermelho. O processo segue a IN
127 57 do INCRA. Um dos primeiros passos é o relatório antropológico, a UFSC apresentou
128 o primeiro e o INCRA fez as complementações. Durante esse momento o IMA não
129 tinha acesso aos documentos, após a entrega do relatório do INCRA, que conclui que
130 cerca de 67% do PAERVE é território quilombola. Agora IMA foi comunicado a se
131 manifestar, com um prazo de 90 dias para avaliar os dois relatórios e apresentar as
132 suas considerações. Após análise das considerações do IMA é que será concluído o
133 parecer final sobre a delimitação do território, concluindo o passo 1 da IN 57 do
134 INCRA. Adriana informa que encaminhará para os conselheiros a IN57 e os relatórios
135 da UFSC e do INCRA. Patricia (Couraçara) fala que o papel dos conselheiros é promover
136 o dialogo, solicitar que a associação quilombola participe das reuniões do conselho .
137 Cid (FLORAM) fala que o caso em questão é bem complexo, que o relatório da UFSC
138 conclui que não há subsídios suficientes para demarcar o território quilombola.
139 Também coloca que é muito importante a reintegração da comunidade no conselho
140 consultivo do parque, que o conselho pode ser o mediador no processo. Patricia
141 (Çarakura) diz que nós temos uma visão equivocada do processo, a comunidade que
142 tem que saber o que é importante para eles. Rogério (IMA) fala sobre o conceito de
143 quilombo, que o conceito está sendo discutido dentro de uma Adim no Supremo
144 Tribunal Federal, ela abre margem para abordagens diversas. Situações distintas
145 devem ser analisadas de forma distinta. A comunidade foi reconhecida em 2013,
146 então, antes disso não havia comunidade nessa região, a comunidade ocupou áreas

147 fora do parque e está reivindicando nesse momento áreas dentro do limite do parque,
148 que a situação deve ser discutida com equilíbrio, que seria muito melhor que essa
149 situação de território fosse discutida em parceria com o parque. Mussio (Escoteiros)
150 sugere de mandar a convocação para a reunião por AR, César (UFECO) fala que o
151 melhor é o diálogo. Patricia fala que nós temos que aprender escutar, Adriana (IMA)
152 complementa que os dois lados têm que aprender escutar. Cid (FLORAM) fala das
153 diferentes realidades e experiências que a FLORAM tem vivido em relação as
154 comunidades tradicionais. Alexandre (@@) lembra que quando o parque foi criado
155 essa realidade não existia, que fica claro que ocupar o camping foi a estratégia que
156 eles tiveram e eles tem uma condição de vida muito precária e o IMA tem a função
157 institucional deles de fazer defesa da gestão do território do parque. Que o melhor
158 lugar para auxiliar tanto ao IMA quanto a comunidade é no conselho consultivo. Temos
159 que ter a sensibilidade com a situação que é nova para todos. Patricia (Çarakura) e
160 César (UFECO) entrarão em contato com a associação Vidal Martins para que eles
161 voltem a participar das reuniões do conselho. Outro assunto que foi apresentado no
162 conselho foi a pesquisa de mestrado do senhor Ricardo Tavares, que é orientado pelo
163 professor Rogério Santos da UNISUL, a pesquisa visa discutir a visão da
164 representatividade nos conselhos, no caso o conselho consultivo do PAERVE, o Tavares
165 terá acesso as atas, gravações e documentações. Adriana (IMA) fala que essas reuniões
166 servem para refletir sobre o nosso papel na sociedade e como podemos lidar com isso.
167 Dalton (AMORV) pergunta sobre encaminhamento dado sobre as câmeras e o novo
168 trapiche no PAERVE, Adriana esclarece que o trapiche foi uma solicitação da prefeitura,
169 o parque só liberou o acesso. Adriana explica que esse trapiche é uma solicitação feita
170 para da comunidade para a prefeitura a mais de dois anos e que o recurso saiu agora,
171 a manutenção também é feita pela prefeitura. Sobre as câmeras Adriana esclarece que
172 primeiro está sendo instalado os alarmes na área administrativa do parque. Sobre a
173 questão do código de ética para o conselho consultivo, será apresentado uma
174 proposta, que o grupo do conselhe deve servir para tratar de assuntos tratados pelo
175 conselho e que respeito e bom senso são fundamental. Por fim, Adriana falou sobre a
176 importância da participação e a leitura previa dos documentos e deu por encerrada a
177 reunião e agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Adriana,
178 presidente do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho, lavrei a
179 presente memória de reunião. Florianópolis, 13 de setembro de 2020.

180 Aracidio de Freitas Barboza Neto-FLORAM _____
181 Karia Signori (Instituto Crystal – Titular) _____
182 Vera L.D. Wallth (ECOSUL - Titular) _____
183 Luis Carlos Kunst – Instituto Crystal (Suplente) _____
184 Joani Justino Félix – ASM (Titular) _____
185 Alexandre F. Bock – (DIRSAN/PMF – Titular) _____
186 Patrícia Neves (Instituto Çarakura) _____
187 Rogério Castro – IMA/PAERVE (Suplente) _____
188 Nadir A. Mussio – Escoteiros do Brasil (Titular) _____
189 Adriana D. Nunes – IMA/PAERVE (Titular) _____

- 190 Andreia Maestri (Cons. Nei São João Batista) _____
- 191 Rogério Costa (EBM MC Nunes) (Titular) _____
- 192 César Schenini (UFECO) (Titular) _____
- 193 Dalton Soares (AMORV – Suplente) _____
- 194 Emerson Miranda (ASM) _____
- 195 José Ricardo Tavares (UNISUL) _____
- 196 Natalia Siqueira (UFECO) _____
- 197 José Carlos Diniz Junior (Morador) _____